

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

Educação do Campo na Transamazônica e No Xingu: Narrativas do Território

Rural Education in the Transamazonian and Xingu Highways: Narratives of the Territory

Educación de Campo en Transamazônica y Xingu: Narrativas desde el Territorio



Fabíola Aparecida Ferreira Damacena

Universidade Federal do Pará (UFPA), Altamira, Pará, Brasil

fabiferreira@ufpa.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar o estado da arte da educação do campo no Brasil, a partir da pesquisa em Dissertações e Teses desenvolvidas no período de 2017 a 2021. O levantamento foi realizado em plataformas Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foi verificado que na distribuição de Dissertações e Teses relacionadas à Educação do Campo no Brasil, nos cinco anos pesquisados, 461 são Dissertações e 178 são Teses, de um total de 639 trabalhos acadêmicos levantados. Com isto, as Teses representam 28% do total e as Dissertações 72%, de cada 100 Pós-Graduados em Educação do Campo nos anos de 2017 a 2021, 28 são doutoras e doutores e 72 são mestras e mestres. Conclui-se que a produção levantada no referido período, contribui para situar o conhecimento na educação do campo e, as narrativas, por sua vez, potencializa o conhecimento do lócus da pesquisa.

Palavras-chave: Educação do Campo. Pesquisa narrativa. Transamazônica. Xingu.

Abstract: This paper aims to analyze the state of the art of rural education in Brazil considering dissertations and theses published from 2017 to 2021. The survey was conducted on the Sucupira platforms of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). It was found that in the distribution of dissertations and theses related to rural education in Brazil, throughout the five years evaluated, 461 were dissertations and 178 were theses, among 639 academic works reviewed. With this, Theses represent 28% of the total and Dissertations 72%, of every 100 Post-Graduates in Field Education from 2017 to 2021, 28 are doctors and 72 are masters. In conclusion, the production surveyed in this period contributes to situating knowledge in field education, and the narratives, in turn, enhance understanding of the research locus.

Keywords: Narrative research. Rural education. Transamazônica. Xingu.

Resumen: El objetivo de este trabajo es analizar el estado del arte de la educación del campo en Brasil, a partir de una investigación en disertaciones y tesis elaboradas entre 2017 y 2021. La encuesta se llevó a cabo en las plataformas Sucupira de la Coordinación para la Mejora del Personal de Educación Superior (CAPES) y en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD). Se constató que la distribución de disertaciones y tesis relacionadas con la educación rural en Brasil, a lo largo de los cinco años evaluados, 461 eran disertaciones y 178 eran tesis, de un total de 639 trabajos académicos revisados. Con esto, las tesis representan el 28% del total y las Disertaciones el 72%, de cada 100 posgraduados en Educación del Campo en los años 2017 a 2021, 28 son doctores y 72 son magísteres. Concluyo que la producción relevada en este período contribuye a situar el conocimiento en educación rural y las

narrativas, a su vez, potencian el conocimiento del locus de investigación.

Palabras clave: Educación rural. Investigación narrativa. Transamazónica. Xingu.

Data de submissão: 29/08/2024

Data de aprovação: 09/01/2025

Introdução

A maioria da população originária e tradicional, que vivia e vive ao longo das margens da Transamazônica, do rio Xingu e de seus afluentes, procura defender seu modo de vida das apropriações e expropriações de terras e dos rios pelas elites econômico-financeiras nacionais e transnacionais, as quais interferem e transformam para pior as condições humanas de vivência e sobrevivência das populações locais.

Uma das formas de defesa ou autodefesa, por assim dizer, dessa parcela da população amazônica é o seu engajamento histórico em coletivos sociais na luta incessante pela manutenção de seus territórios, cuja maneira de subsistência não pode perder de vista a preservação em condições saudáveis e sustentáveis das terras, dos rios, das florestas, da cultura, o que preserva e garante a existência da espécie humana e todas as formas de vida, não só na Amazônia, mas também no Brasil e porque não dizer, no planeta.

Esse engajamento em movimentos e coletivos sociais dos povos originários, ribeirinhos, quilombolas e camponeses, nas últimas décadas, foi crucial para a conscientização dessa parcela da população brasileira que, através da educação seria e é o meio pelo qual as políticas públicas têm mais chances de serem debatidas, instituídas, implementadas e ampliadas nos mais diversos espaços

territoriais nacionais como garantia de direito social e fundamental, especialmente nessa parte da região amazônica brasileira.

A Educação pública e de qualidade do/no campo é uma bandeira que deve ser empunhada não apenas por quem vive nas áreas florestais e rurais brasileiras, mas por todas e todos que almejam um país socialmente justo, solidário e desenvolvido também a partir da diversidade econômico-cultural que emerge do campo. Para isto, o envolvimento na luta por educação camponesa precisa engajar para além dos atores sócio-campo-florestais.

Universidades públicas federais, dentre elas, a Universidade Federal do Pará (UFPA) e estaduais, como a Universidade do Estado do Pará (UEPA), cujos cursos de graduação, programas de pós-graduação, com linhas de pesquisas e extensão na Educação do Campo, são entre outras, importantes instituições que integram um leque de atores que podem fazer muito pela educação inclusiva, diversa do/no campo, chamando para si a responsabilidade não só de coordenação e execução de tais programas educacionais, mas sobremaneira, de incentivar, liderar e aprofundar o debate acerca do tema com as secretarias de educação dos municípios de suas áreas de influência.

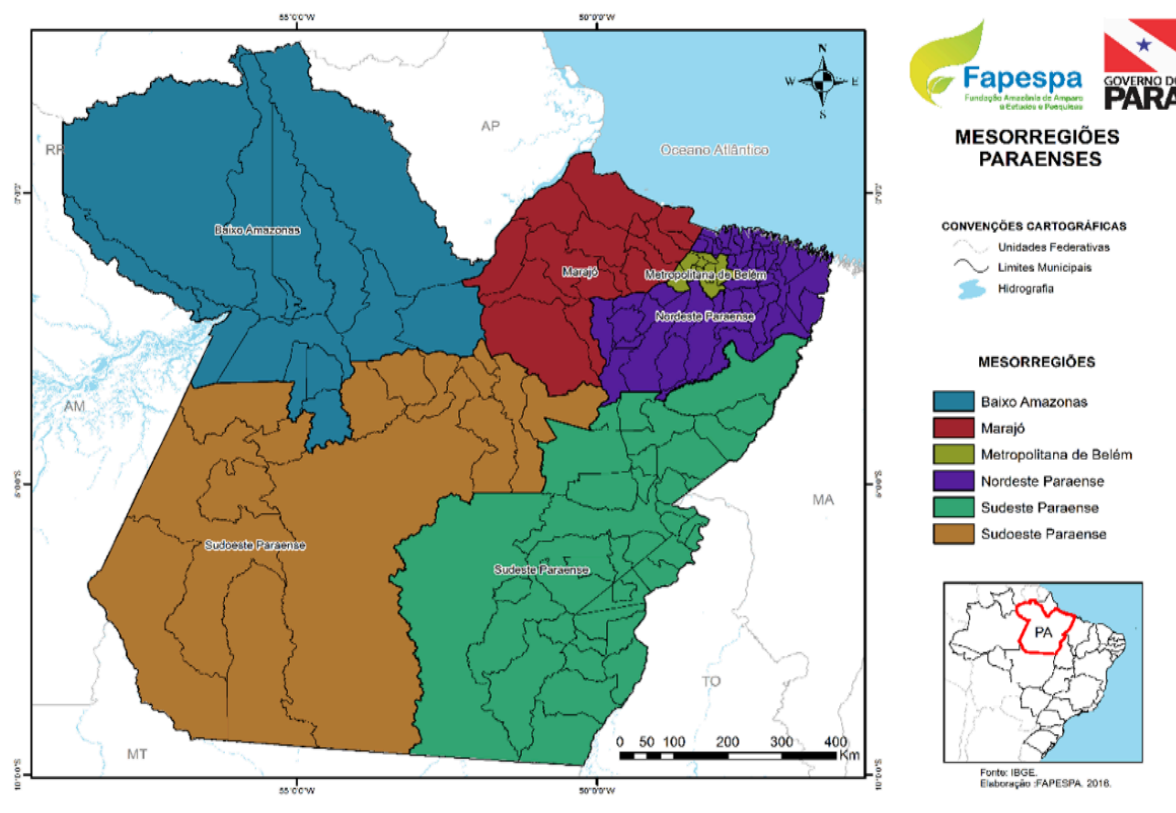
Nessa perspectiva e com o objetivo de subsidiar o presente trabalho de pesquisa, que busca compreender e discutir a relação entre a universidade e a escola básica no eixo da Transamazônica e Xingu com os sujeitos docentes e discentes da licenciatura em Educação do Campo, na

Faculdade de Etnodiversidade-FACETNO da UFPA, campus de Altamira, com atuação na sede e nas comunidades rurais dos municípios paraenses de Altamira (sede), Anapu, Uruará, Placas e Gurupá, foi realizado um inventário/levantamento de teses e dissertações, cujos títulos/temas estão relacionados à Educação do Campo.

Antes de adentrar na sistematização do quantitativo de teses e dissertações no intervalo de cinco anos 2017 a 2021 sobre História de Formação de professores e professoras, interface entre Memória e Formação Docente, é salutar conhecer sucintamente um pouco do município de Altamira e da Transamazônica no que diz respeito à sua história, geografia, economia, cultura e, especialmente sobre a educação superior pública na região do Xingu a partir da chegada da UFPA, campus de Altamira.

O município de Altamira está situado no Sudoeste Paraense, uma das seis mesorregiões do estado do Pará (Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém; Nordeste, Sudeste e Sudoeste Paraenses – figura 44, na Região Norte do país, na Amazônia legal brasileira). Além das mesorregiões o estado do Pará está mapeado em 12 Regiões de Integração, e o território de Altamira pertence à Região de Integração do XINGU, que também é integrada pelos municípios de Anapu, Pacajá, Senador José Porfírio (Souzel), Vitória do Xingu, Porto de Moz, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas e Rurópolis.

Imagem 1. Mapa das seis mesorregiões paraenses.



Fonte: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA-PA).¹

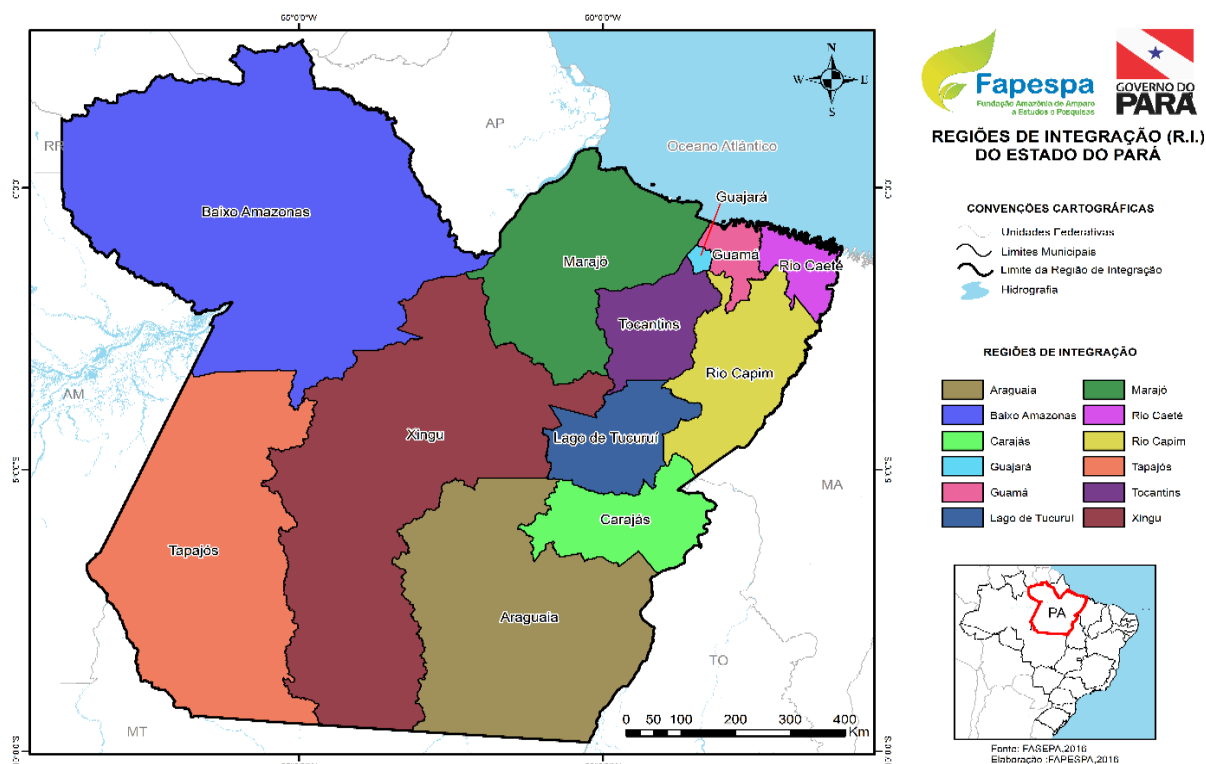
Altamira é o maior município em extensão territorial do Brasil, possuindo área total de 159.533,306 km², cuja população é de 126.279 pessoas, de acordo com a aferição do último censo demográfico (IBGE, 2022). O município é de baixa densidade populacional, com 0,79 habitante por km² e sua sede administrativa está situada a cerca de 800 quilômetros de Belém, capital do estado do Pará.

A criação do município de Altamira está relacionada à presença pioneira dos missionários da

¹ Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/>
Revista UFG, Goiânia. 2024, v.24: e.24.80336

Companhia de Jesus no rio Xingu, datada de antes de 1750. Na margem esquerda do grande rio os jesuítas fundaram uma missão religiosa, mas foram expulsos se deslocando para outra região, onde instalaram os Capuchos da Piedade, um povoado que deu origem a Altamira.

Imagem 2. Mapa das 12 Regiões Integradas do estado do Pará.



Fonte: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA-PA).²

Historicamente 2 de abril de 1883 é a data da fundação da cidade de Altamira, cujo crédito é dado a Raymundo José de Souza Gayoso, cuja alcunha na época denominava-se Coronel Gayoso. Essa data tem como marco o dia que findou a construção da Estrada de Gayoso,

² Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/>
Revista UFG, Goiânia. 2024, v.24: e.24.80336

momento em que o pioneiro fincou instalações às margens do Igarapé Ambé e batizou o lugar de Fortaleza, depois denominada de Forte Ambé. Como na época a mão-de-obra era escravizada e não se permitia habitar o mesmo espaço próximo do senhor, os cativos de propriedade do Coronel Gayoso ficaram acampados rio acima, lugarejo que posteriormente constituiu-se no núcleo urbano de Altamira (Altamira-PA, 2020).

Em 1910 uma comissão constituída de políticos representando a população, entregou ao Governador João Coelho um abaixo assinado com 400 assinaturas requerendo o desmembramento da região, uma vez que Altamira já ultrapassara em população, movimento comercial e em outros aspectos, a cidade de Souzel, sede do município. Então em decorrência do movimento de políticos locais e dos moradores, o Dr. João Antônio Luiz Coelho, Governador do Estado, através da Lei Estadual nº 1.234, de 06 de novembro de 1911, cria o município de Altamira, com sede na Vila de mesmo nome e, o Decreto Estadual 1.952, de 20 de novembro de 1911, determina a data de 1º de janeiro de 1912, para instalação oficial do novo município. (Altamira-PA, 2020)

O município de Altamira além de ser banhado pelo rio Xingu, é cortado praticamente ao meio pela Rodovia Transamazônica (BR 230), numa extensão de 60 km aproximadamente. No início da década 1970 foi implantado pelo então presidente da ditadura civil-militar Emílio Garrastazu Médici, em setembro daquele ano o marco zero da Transamazônica em Altamira, com a fixação de uma placa no tronco de uma castanheira, indicando o início das obras, e quase dois anos depois, após a construção de uma das etapas da rodovia, em setembro de 1972, inaugurou-se

o Monumento apelidado de “Pau do Presidente”, marcando o local referencial do início dos trabalhos.

A rodovia federal tem extensão implantada de 4.260 km de seus 5.662,60 quilômetros projetados a partir do extremo leste na região Nordeste no município de Cabedelo, na Paraíba até o extremo oeste da região Norte, na cidade de Lábrea no estado do Amazonas.

É a partir de então que se intensifica a exploração das florestas dessa parte da Amazônia paraense e os conflitos com as populações originárias (indígenas) e tradicionais (ribeirinhas e quilombolas), com assentamentos de colonos trazidos de outras regiões do Brasil, o intitulado movimento de “terra sem homens para homens terra”, incentivado, coordenado e dirigido pelos governos do regime civil-militar (1964-1985), que de forma equivocada considerava a região um grande vazio demográfico e via no eixo da Transamazônica uma forma de diminuir a pressão da luta pela reforma agrária nas regiões Nordeste e Sul do país, com o discurso retratando a realidade de que o povo nordestino estava sendo assolado pela forte seca daquele período, porém oportunista, apontando que a saída para resolver o problema da fome e da falta de terras apropriadas para cultivar seria levá-los para a Amazônia, região abundante em terra, água, caça, pesca e com perspectiva de um Brasil próspero, rico e grandioso.

O governo civil-militar justificava ainda a ocupação da região com o discurso de que precisava desenvolver a Região Norte, integrando-a com o Nordeste e o restante do

país, e esse também era o meio pelo qual iriam impedir a invasão da Amazônia por estrangeiros, em face da cobiça internacional voltado à inestimável riqueza de sua flora, fauna (biodiversidade) e principalmente aos seus recursos minerais no subsolo (ouro, diamante, ferro, cobre, manganês). Aqui foi colocado em prática o lema “Integrar para não entregar”.

Dada a sua extensão e o descaso dos governos, a Transamazônica continua inacabada, com mais de 1.665 km ainda em estrada de chão batido, sem pavimentação asfáltica entre as cidades de Medicilândia no Estado do Pará e Lábrea no Estado do Amazonas. A outra parte asfaltada, em grande medida necessita de reparos, o que há mais de quatro décadas vem causando grandes transtornos às populações, especialmente no chamado inverno amazônico, período chuvoso, que normalmente ocorre entre os meses de novembro e abril de cada ano, época dos intermináveis atoleiros, que tornam a rodovia intrafegável nos trechos sem asfalto.

A construção da rodovia Transamazônica, durante o governo do ditador general Emílio Garrastazu Médici (1969/1974), teve o município de Altamira como um dos polos no planejamento do projeto megalomaníaco do regime civil-militar, nesse período a cidade teve um salto populacional de 6 para 45 mil pessoas (Oliveira; Nascimento, 2019). Esse aumento da população se deu em face das ofertas de empregos formais nas frentes de trabalho da obra da BR 230, de terra abundante para beneficiar, plantar

e grande esperança de dias melhores para os migrantes, com a promessa de que na região o processo de colonização e fixação do homem no campo seria pacífico e amparado com garantias de ajuda financeira e de infraestrutura do governo federal.

Por meio do Plano de Integração Nacional-PIN, do governo civil-militar de Médici, a meta era assentar 100 mil famílias, a maior parte no entorno de Altamira, entretanto, não passou de 8 mil famílias assentadas em toda a extensão da Transamazônica. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) repassaria ao chefe de cada família, além dos custos de deslocamento, um lote de 100 hectares, uma casa e um salário-mínimo para iniciar os trabalhos agrícolas, durante seis meses (Geovanaz, 2017).

A promessa de uma região que seria um novo eixo de desenvolvimento regional a partir da Transamazônica, que se integraria ao restante do Brasil com o propósito de transformá-lo no gigante de sucesso do Cone Sul, com o passar dos anos não passou de um retumbante fracasso em todos os aspectos políticos, sociais, ambientais e econômicos.

A ida dos nordestinos para Amazônia se deu antes da abertura de estrada. Começou bem antes da Estrada com a fuga da seca, principalmente no ciclo da borracha, fugindo da seca muitos já buscavam a região desde o final do século XIX. Durante a segunda Guerra Mundial houve falta de borracha e o governo americano incentivou o governo brasileiro a retomar a sua produção. Novamente

milhares de nordestinos se deslocaram para trabalhar na Amazônia. Sem recursos foram obrigados a trabalhar em regime de semiescravidão para os seringalistas. Com o fim da guerra foram esquecidos e a maioria ficou por lá esperando a terra e o dinheiro que o governo havia prometido.

De que adiantaria abrir milhares de quilômetros de estrada, no coração da floresta, se depois do esforço titânico o cultivo da terra não viesse a melhorar a vida das pessoas? De que adiantaria asfaltar milhares de quilômetros de rodovia no coração da floresta, se não fosse em benefício das populações? Tornou-se imprescindível conjugar todos os esforços dos órgãos governamentais, desde os dos setores de assistência aos dos setores de produção, em benefício dos povoados, das vilas, das cidades. Sem esse entrelaçamento de ações, o esforço humano se dispersou.

Na esteira da construção da rodovia Transamazônica vieram ainda, e tudo em nome do “progresso”, os grandes projetos agrícolas, mineralógicos e energéticos, especialmente o Projeto da Usina Hidroelétrica de Belo Monte (UHB), implantado em pleno Rio Xingu, que depois de muita controvérsia político-socioambiental, entre o governo Dilma, o Ministério Público Federal, indígenas e ambientalistas corroborado pelo Dossiê Belo Monte produzido pelo Instituto Socioambiental -ISA, (Vilas-Boas; Garzon; Reis; Amorin; Leite, 2015), efetivamente, saiu do papel com o início das obras em 2011, sob a gestão da Norte Energia S.A. e, finalização no ano de 2019, com a

entrada em funcionamento das últimas turbinas de geração de energia.

E o progresso chegou? Pode-se dizer que sim, e de duas formas: a primeira, chegou aos cofres dos ferrenhos defensores do neoliberalismo, que desde então exploram as populações locais e todos os recursos florestais, hídricos, minerais e energéticos, cujo resultado da exploração é a concentração de renda e riqueza nas mãos, ou melhor, nos fundos dos conglomerados empresariais do centro-sul e do sistema financeiro nacional e internacional.

A segunda, é que entre o período da construção da rodovia BR 230, no eixo da Transamazônica e Xingu, nos anos 1970 e o da construção da UHB nas décadas de 2010 e 2020, por mais que a Norte Energia e o Governo Federal tenham atendido algumas poucas reivindicações da população, entre as quais o asfaltamento de alguns trechos da rodovia, principalmente por conta do empreendimento de Belo Monte; construções de novas residências para acomodar parte dos desagregados territorialmente.

O que de fato progrediu exponencialmente no município de Altamira e na região integrada do Xingu foi o desmatamento desenfreado, as queimadas para formação de mais e mais pastagens destinadas à pecuária extensiva, a extração ilegal de madeira e de minério em terras indígenas e em áreas de conservação e preservação ambiental permanente, a drástica redução da pesca de subsistência, em face do desvio de águas do rio para represamento nos reservatórios da usina e produção de energia, impactando

direta e negativamente a procriação e renovação dos peixes, o crescimento desordenado de ocupação urbana, o aumento assustador dos crimes violentos e de trânsito, da violência de toda natureza contra povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e líderes de movimentos sociais, o fechamento de escolas do campo, a ineficiência no atendimento do sistema de saúde nos hospitais públicos, o aumento do custo dos alimentos e de moradia, devido à especulação imobiliária com a explosão dos preços dos imóveis.

Enfim, ao longo dos últimos 50 anos a desagregação social e territorial, a pobreza material, a devastação ambiental e o ataque contínuo e sistemático à multiculturalidade amazônica foi o maior “progresso” visto e vivido por toda a população originária e tradicional de Altamira e Região.

Na busca por situar esta pesquisa em diálogo com a Educação do Campo, no eixo da Transamazônica e Xingu e na área da Educação do Campo no Brasil, aqui está sistematizado um panorama de teses e dissertações entre os anos 2017 a 2021, em concordância com a sugestão da banca do exame de qualificação desta pesquisa.

Análise de Dados

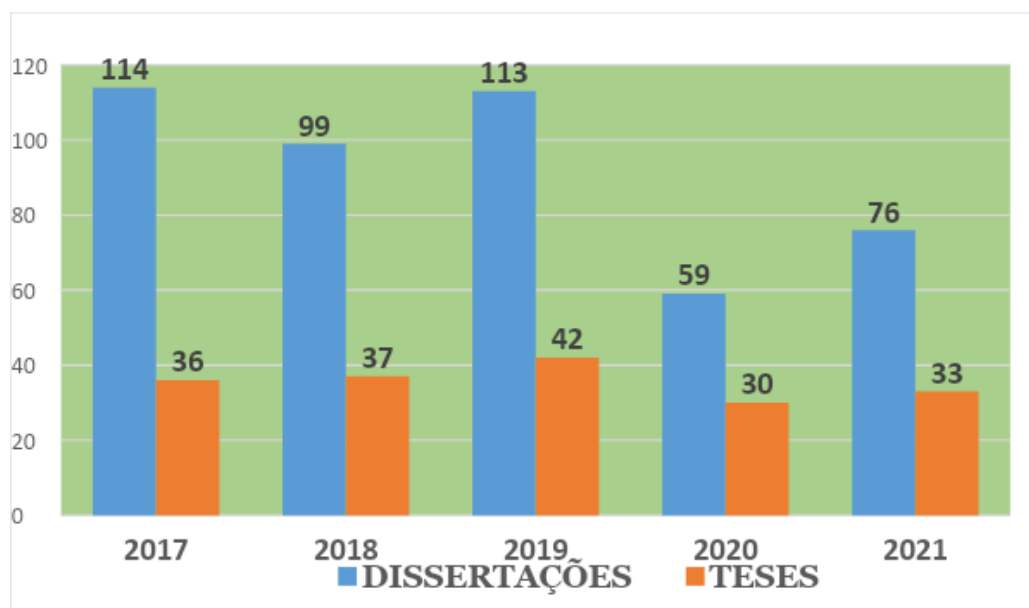
As Dissertações e Teses do período de 2017 a 2021, base do presente inventário, foram pesquisadas virtualmente na plataforma Sucupira da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Alguns desses trabalhos foram obtidos diretamente dos repositórios das bibliotecas virtuais dos sítios das próprias universidades, pois ao pesquisar numa das duas plataformas não estavam disponíveis, mesmo estando relacionadas no catálogo de teses e dissertações da CAPES ou da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD.

Sistematizar o quantitativo de teses e dissertações de cinco anos, 2017 a 2021, sobre História de Formação de professores e professoras, interface entre Memória e Formação Docente, entre outras, identificar a representação da metodologia no campo da pesquisa/investigação narrativa, com o intuito de mencionar a interseccionalidade da Educação do Campo no eixo da Transamazônica e Xingu com Área de conhecimento/concentração, Programas e Linhas de pesquisas de mesma simetria em outras universidades da Amazônia, e demais regiões do país. Assim, traçar o Estado da Arte acerca do tema de pesquisa proposto.

As Dissertações e Teses de cinco anos, 2017/2018-2021/2022, base do presente inventário, foram pesquisadas virtualmente em plataformas Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), uma Fundação do Ministério da Educação (MEC), e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Gráfico 1. Dissertações e Teses acerca da Educação do Campo por ano no Brasil (2017 - 2021).



Fonte: Banco de Teses e Dissertações das Plataformas Sucupira da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

O desafio diante de um grande universo de Teses e Dissertações nas Plataformas pesquisadas foi levantar a representatividade, ou melhor, o retrato do quantitativo nacional de trabalhos acadêmicos no intervalo de 5 anos, e como essa pesquisa se deu no segundo semestre de 2022, foi estabelecido o período de corte para o levantamento de Dissertações e Teses defendidas os anos de 2017 a 2021.

A priori o objetivo do levantamento foi identificar o número de Dissertações e Teses no Brasil cujas temáticas estivessem relacionadas à Educação no/do Campo, e a partir de então dispor de quantitativo referencial para análise comparativa entre os dados obtidos nacionalmente e em cada uma das regiões geográfico-políticas brasileiras, fazendo ainda a correlação com o total de mestrados e

doutorados apurado na Amazônia brasileira, no Estado do Pará e por fim, na Transamazônica.

No gráfico 1 está demonstrado que acerca da Educação do Campo, no ano de 2017, primeiro ano da série pesquisada o Brasil dispõe de 114 Dissertações e 36 Teses defendidas e aprovadas; em 2018, 99 Dissertações e 37 Teses; no ano de 2019, tem-se 113 Dissertações e 42 Teses; no penúltimo ano da série, 2020, foram encontradas apenas 59 Dissertações e 30 Teses; e por fim, no último ano da série pesquisada, 2021, há 76 Dissertações e 33 Teses.

Tabela 1. Distribuição de Dissertações e Teses acerca da Educação do Campo no Brasil por ano (2017 - 2021)

ANO	DISSERTAÇÕES	TESES	TOTAL	% D	% T	% D+T
2017	114	36	150	76%	24%	100%
2018	99	37	136	73%	27%	100%
2019	113	42	155	73%	27%	100%
2020	59	30	89	66%	34%	100%
2021	76	33	109	70%	30%	100%
TOTAL	461	178	639	72%	28%	100%

Fonte: Banco de Teses e Dissertações das Plataformas Sucupira da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).
Elaboração da autora.

A distribuição de Dissertações e Teses relacionadas à Educação do Campo no Brasil entre 2017 e 2021, conforme disposto no quadro 1, revela que nos cinco anos pesquisados, de um total de 639 trabalhos acadêmicos levantados, 461 são Dissertações e 178 são Teses. Com isto, verifica-se que as Teses representam 28% do total e as

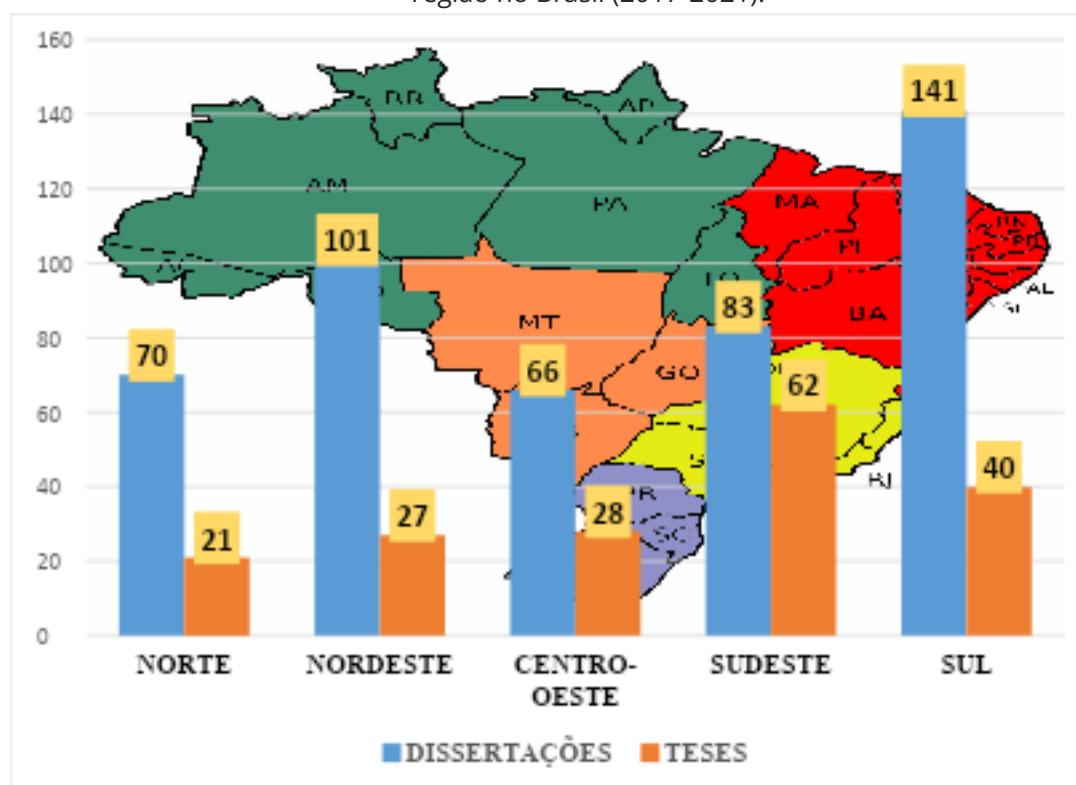
Dissertações 72%, ou seja, de cada 100 Pós-Graduados em Educação do Campo nos anos de 2017 a 2021, 28 são doutoras e doutores e 72 são mestras e mestres.

O quadro acima revela um fato relevante, a queda acentuada do número de Dissertações defendidas nos dois últimos anos da série pesquisada. Enquanto em 2019 houve 113 Dissertações, nos dois anos seguintes, 2020 e 2021, a quantidade anual caiu para 59 e 76 respectivamente. Isto representa um decréscimo de 48% em 2020 e 33% no ano de 2021, isto é, comparando com o ano base 2019. Aqui cabe uma reflexão: a queda na quantidade de Dissertações nos anos finais da série se deu em face da Pandemia da Covid-19 ou da redução dos recursos destinados aos Programas de Pós-Graduação da CAPES, como reflexo da Emenda Constitucional nº 95 do governo ultraliberal de Temer (2016/2018) levada ao extremo pelo governo nazifascista-genocida de Bolsonaro (2019/2022), a famigerada PEC do Teto de Gastos, que por força de lei, limitou por 20 anos os investimentos sociais em Educação, Ciência e Tecnologia, Saúde e Previdência, permitindo no máximo, a correção dos desembolsos pela inflação do ano anterior? Ou foi em função dos dois fatores?

Ainda sobre a redução de Dissertações e Teses nos anos de 2020 e 2021, a quantidade de Teses reduziu para 30 e 33 respectivamente, uma queda percentual de 29% e 21% em comparação com as Teses do ano de 2019. Assim, constata-se ser a queda percentual de Dissertações muito superior em relação à porcentagem de Teses.

Novamente, somos levadas a refletir, se a pandemia e/ou os cortes de verbas dos programas de Pós-Graduação impactaram na diminuição de Dissertações e Teses, por que esse impacto foi tão forte nos mestrandos e de menor proporção nos doutorandos? Seriam as condições materiais, de infraestrutura e de tecnologia à disposição ou incorporadas de cada segmento de pós-graduandos quando das aulas e orientações remotas e virtuais?

Gráfico 2. Dissertações e Teses acerca da Educação do Campo por região no Brasil (2017-2021).



Fonte: Banco de Teses e Dissertações das Plataformas Sucupira da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

No levantamento de Dissertações e Teses relacionados à Educação do Campo por região geográfico-política o Gráfico 2 apresenta o seguinte

panorama no período de 2017 a 2021: na Região Norte foram detectadas 70 Dissertações e 21 Teses; já na Região Nordeste a pesquisa identificou 101 Dissertações e 27 Teses; no Centro-Oeste brasileiro, 66 Dissertações e 28 Teses; no Sudeste 83 Dissertações e 62 Teses; e na Região Sul do país os dados apontaram para 141 Dissertações e 40 Teses.

Tabela 2. Distribuição de Dissertações e Teses acerca da Educação do Campo por região no Brasil (2017-2021).

REGIÃO	ANO										TOTAL	
	2017		2018		2019		2020		2021		D*	T*
	D	T	D	T	D	T	D	T	D	T		
NORTE	20	4	15	3	14	5	6	3	15	6	70	21
NORDESTE	15	7	25	7	26	7	22	3	13	3	101	27
CENTRO-OESTE	18	3	16	10	17	7	4	4	11	4	66	28
SUDESTE	20	10	13	11	25	13	13	15	12	13	83	62
SUL	41	12	30	6	31	10	14	5	25	7	141	40
TOTAL	114	36	99	37	113	42	59	30	76	33	461	178

Fonte: Banco de Teses e Dissertações das Plataformas Sucupira da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).
Elaboração da autora.

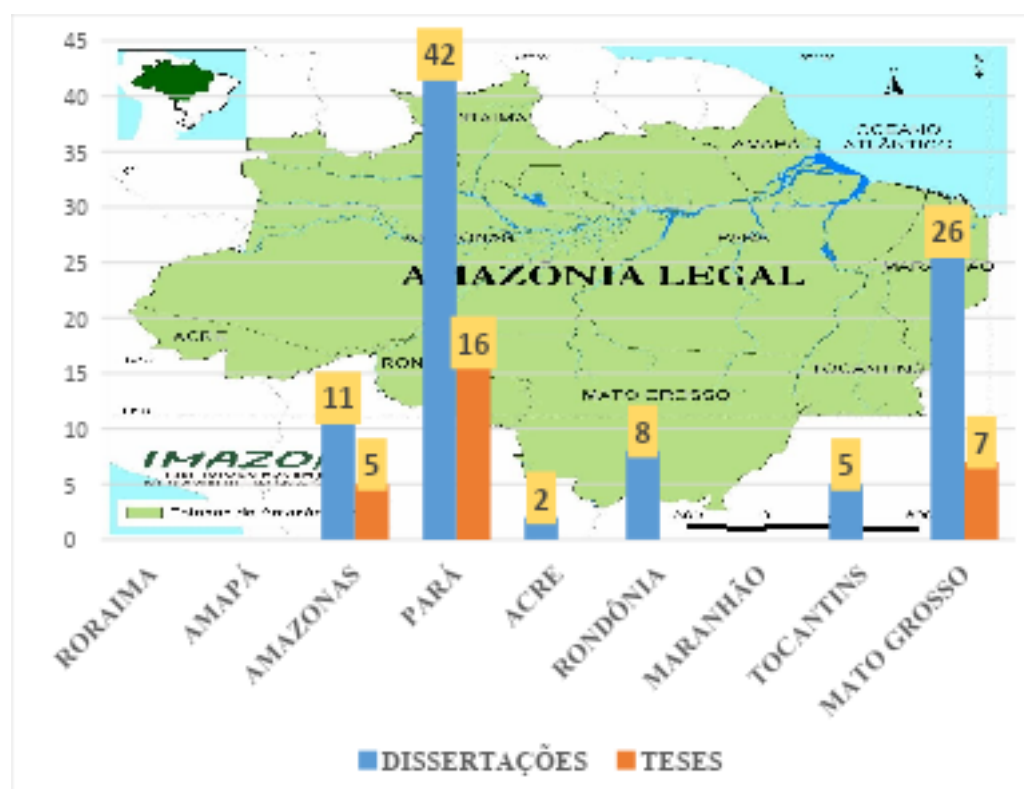
No Brasil o quadro de distribuição de Dissertações e Teses relativo à Educação do Campo por região, elaborado a partir dos trabalhos acadêmicos pesquisados no período de 5 anos, revela que entre 2017 e 2021 a Região Norte com as 70 Dissertações e 21 Teses representa 15% e 12% respectivamente em relação ao total de 461 dissertações e 178 teses no país.

As regiões Nordeste e Sul destacam-se entre as demais no que diz respeito à quantidade de trabalhos de

Pós-Graduação na área de Educação do Campo, sendo que no Nordeste são 101 e a Região Sul assume a liderança com 141 assume dissertações, cada qual com representação relativa de 22% e 31% em comparação com o total de 461 dissertações nos anos de 2017 a 2021.

O Sudeste destaca-se no quantitativo de Teses, são 62 trabalhos de um total de 178, representando 35% de todas as teses levantadas em Educação do Campo nos anos de 2017 a 2021. Por outro lado, a Região Norte em números de Teses está no final da fila, com apenas 21 doutorados em Educação do Campo.

Gráfico 3. Dissertações e Teses acerca da Educação do Campo por estado da Amazônia Legal (2017-2021).



Fonte: Banco de Teses e Dissertações das Plataformas Sucupira da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A Amazônia Legal brasileira integrada por 7 Estados da Região Norte, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, mais os Estados de Mato Grosso do Centro-Oeste brasileiro e Maranhão da Região Nordeste, é uma região de grandes proporções territoriais, aliás, a maior em relação ao restante do Brasil. Trata-se de uma região com densas áreas e extensas áreas de florestas, detentora das maiores bacias hidrográficas do país, com destaque para a pequena e grande produção da pecuária extensiva, líder na produção de produtos oriundos da extração e coleta de espécies vegetais, além da extração de produtos minerais, ou seja, no seio da sociedade amazônica está a parcela expressiva da população de trabalhadores do setor rural e florestal, os indígenas, ribeirinhos, quilombolas, camponeses, trabalhadores formais e informais.

Embora a Amazônia brasileira seja de baixa densidade populacional em relação ao Nordeste e o Centro-Sul do país há intensa atividade rural com um grande universo de gente cuja parcela significativa é composta do público-alvo a fazer graduação e Pós-Graduação em linhas de pesquisa e extensão relacionadas ao Campo. Ainda assim, pelo que está demonstrado no gráfico 3, verifica-se que as Dissertações e Teses vinculadas à Educação do Campo relega à Amazônia a condição de abandono quanto aos investimentos na Pós-Graduação, pois é a região de menor concentração de trabalhos de mestrado e doutorado.

Se a Amazônia brasileira é a maior e última grande fronteira agroflorestal do país, com enorme potencial produtivo de subsistência e comercial em larga escala apresenta baixo número de Dissertações e Teses em Educação no/do Campo, significa dizer que os recursos alocados em Programas de Pós-Graduação no CAPES são maciçamente investidos no Centro-Sul brasileiro, o que contribui diretamente para o aprofundamento das desigualdades regionais. Contrariando assim um dos objetivos da Carta Magna brasileira de 1988, que é a redução das desigualdades entre as regiões nos aspectos sociais – fundamentalmente Educação e Saúde –, políticos e econômicos.

Tabela 3. Distribuição de Dissertações e Teses acerca da Educação do Campo por estado da Amazônia Legal (2017-2021)

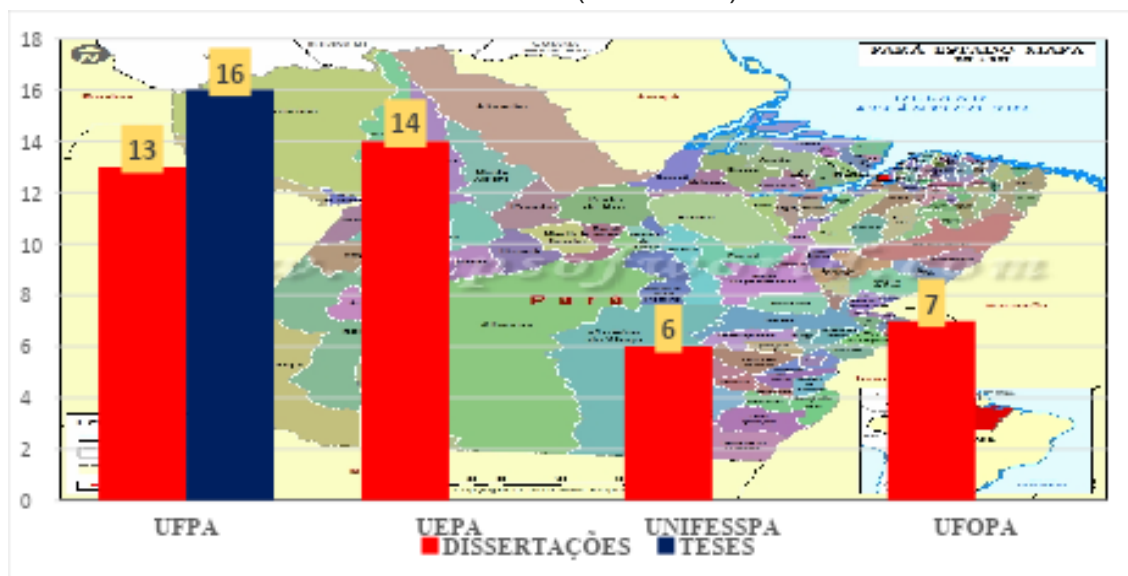
AMAZÔNIA	ANO										TOTAL	
	2017		2018		2019		2020		2021			
	D	T	D	T	D	T	D	T	D	T	D	T
RORAIMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AMAPÁ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AMAZONAS	0	1	3	2	3	0	2	0	3	2	11	5
PARÁ	17	3	9	1	8	5	3	3	5	4	42	16
ACRE	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2	0
RONDÔNIA	0	0	1	0	1	0	1	0	5	0	8	0
MARANHÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOCANTINS	3	0	1	0	1	0	0	0	0	0	5	0
MATO GROSSO	9	1	4	1	6	0	3	2	4	3	26	7
TOTAL	29	5	19	4	20	5	9	5	17	9	94	28

Fonte: Banco de Teses e Dissertações das Plataformas Sucupira da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).
Elaboração da autora.

Os trabalhos acadêmicos de Pós-Graduação encontrados no Banco de Teses e Dissertações da Plataforma Sucupira da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira, distribuídos entre os 9 Estados da região Amazônica, no período pesquisado de 2017 a 2021 totalizam 122 obras, sendo 94 Dissertações e 28 Teses. A representação percentual do total de mestrados e doutorados da Amazônia brasileira relativo à Educação do Campo no Brasil é de 19%, tendo como base as 639 dissertações e teses levantadas.

Dos nove estados amazônicos, o Pará é disparado o maior em número de mestrados e doutorados ligadas à Educação do Campo, com 58 trabalhos de Pós-Graduação, sendo 42 dissertações e 16 teses, representando 48% em relação às 122 obras acadêmicas da região. Na contramão, nos Estados de Roraima e Amapá não foram encontradas nenhuma Dissertação ou Tese que fizesse menção a Educação no/do Campo no período de 2017 a 2021. A pesquisa revela que a Educação Superior na Amazônia é profundamente desigual, especialmente a Pós-Graduação quando comparada com outras regiões do país, e cruelmente, desigual intrarregional.

Gráfico 4. Dissertações e Teses acerca da Educação do Campo por IES do Pará (2017 - 2021).



Fonte: Banco de Teses e Dissertações das Plataformas Sucupira da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

O resultado da pesquisa no Banco de Teses e Dissertações das Plataformas Sucupira da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira (BDTD) revelou que nos anos de 2017 a 2021 foram encontrados referentes ao Estado do Pará trabalhos acadêmicos de Pós-Graduação em Educação do Campo apenas em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, quais sejam Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Estadual do Pará (UEPA), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

A UFPA, com 29 trabalhos de mestrado e doutorado é a única entre as IES que têm Teses no seu repositório institucional no período investigado, com 16 doutorados no total. Curiosamente, o número de Dissertações é menor, contendo apenas 13 trabalhos o que

vai na contramão dos resultados obtidos por Região e nacionalmente, em que o destaque fica por conta do maior número de Dissertações frente às Teses.

Tabela 4. Distribuição de Dissertações e Teses acerca da Educação do Campo por IES do Pará (2017-2021).

IES	ANO										TOTAL	
	2017		2018		2019		2020		2021			
	D	T	D	T	D	T	D	T	D	T	D	T
UFPA	7	3	0	1	4	5	2	3	0	4	13	16
UEPA	4	0	4	0	2	0	1	0	3	0	14	0
UNIFESSPA	3	0	2	0	1	0	0	0	0	0	6	0
UFOPA	3	0	3	0	0	0	0	0	1	0	7	0
TOTAL	17	3	9	1	7	5	3	3	4	4	40	16

Fonte: Banco de Teses e Dissertações das Plataformas Sucupira da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).
Elaboração da autora.

No banco de Teses e Dissertações das Plataformas Sucupira da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira, de acordo com o quadro de distribuição por IES do Pará acima, foram catalogados 56 trabalhos acadêmicos entre Dissertações e Teses vinculados à Educação do Campo, dentre as quais 40 são mestrados e 16 doutorados. Desse total, a UFPA destaca-se com 29, o que representa mais da metade dos trabalhos, 52% das Dissertações e Teses no Pará, distribuídos em 13 mestras e mestres e 16 doutoras e doutores.

As demais Instituições de Ensino Superior (IES), UEPA, UNIFESSPA e UFOPA, juntas contam com 27 trabalhos de Pós-Graduação em alusão à Educação no/do Campo, tendo a UEPA 14, a UNIFESSPA 6 e a UFOPA 7, e, 100% dos

trabalhos acadêmicos são Dissertações. Desta feita, com exceção da UFPA as demais IES onde foram identificados os trabalhos de Pós-Graduação no período de 2017 a 2021 ainda não dispõem de Teses em seus repositórios institucionais vinculados a Programas de Pesquisa e Extensão com titulação em doutoramento na área de Educação do Campo.

Considerações Finais

É inseparável, indivisível o pensamento e ação educativa sem considerar a realidade do campo, dos sujeitos em seus territórios, povos da floresta das águas, é inseparável pensar uma ação educativa sem considerar também a realidade das políticas públicas tal como elas se apresentam em cada tempo histórico, pois a política pública não existe sem educação pública, sem escola pública, que por sua vez, para existir, precisa de um território social e político.

Como pode existir escola se não houver políticas públicas implementadas pelo Estado para que garanta os professores, o material didático, a merenda escolar, o transporte em todas as condições necessárias à existência desta escola tal qual a conhecemos. Essa escola, a qual conhecemos, está em profundo processo de desconstrução, em profunda mudança, e não tem sido para melhor. Dado sobretudo o aspecto da negação do direito à educação nos

territórios camponeses nas áreas indígenas e nos territórios quilombolas.

Nos últimos anos assistimos ao aumento de concentração de terra nas mãos de poucos, com a expansão das grandes propriedades e a diversidade das formas de atuação do capital, não somente o capital agrário, mas o capital financeiro, o capital da mineração, essa expansão do capital agromineral se relaciona diretamente com o fechamento das escolas do campo, entender essa relação entre o avanço político e territorial do agronegócio e o seu projeto educativo porque eles tem um projeto educativo, mas o seu projeto educativo não passa pela consciência do direito à educação em todos os níveis, não passa pelo reconhecimento do sujeito do campo, como sujeito de conhecimento como sujeito de cultura, de histórias, de memórias e de tradições, não passa pela consciência do direito à educação em todos os níveis como nós sustentamos o nosso projeto.

O projeto educativo deles está expresso na reforma do ensino médio que praticamente dispensa a escola, por isso é tão comum hoje em dia se falar de ensino híbrido, porque os gestores municipais e estaduais estão orientados por essa política do agro e estão, com raras exceções, convencidos de que a escola tal como a conhecemos e defendemos e construímos, ela é dispensável, nós precisamos compreender esse processo de fechamento das escolas dentro de um processo amplo de destruição de direitos que vai mudando de cara e de forma

de tempos em tempos, mas para preservar aquilo que é a natureza do capital, e a natureza da educação no âmbito do capital, é educação como mercadoria, não é um direito e portanto tem de atender aquilo que é interesse e necessidade do capital seja no campo ou na cidade e nas periferias.

Podemos alargar a compreensão da dinâmica individual e coletiva construída pelas reflexões que podem surgir/emergir no território biográfico que cada um de nós, seres humanos, sociais e profissionais podemos revelar. Para isso, é necessário compreender e reconhecer a aprendizagem experiencial e conseguir registrar as aprendizagens inerentes ao ato de narrar as experiências.

Parece-me fundamental nosso engajamento social e político, fazer ofertas acessíveis ao maior número de pessoas e propondo-as às estruturas governamentais gradualmente implementadas no Brasil e América Latina, como pode ser visto no Canadá, por exemplo. De fato, um grande desafio está à nossa porta em todos os países envolvidos: o de uma taxa de migração que cresce e se acelera como a única possibilidade para as populações afetadas pela pobreza em todas as áreas de necessidades básicas, em virtude de guerras, ditaduras, terrorismo, máfia e, especialmente, das mudanças climáticas que ampliam a desertificação e, portanto, o fim dos poucos recursos ainda existentes. Acredito que nossos jovens devem estar prontos para esses chamados compromissos humanitários, os quais estão se tornando cada vez mais raros.

Referências

ALHO, M. B. T. L. VIDA, FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA: NARRATIVAS DE UMA PROFESSORA DO CAMPO / MARIA BENEDITA TAIANA LOURENÇO ALHO. — 2020. 44 f.: IL. COLOR. ORIENTADOR(A): PROF.^a FABÍOLA APARECIDA F. DAMACENA. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO) - FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE, CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, ALTAMIRA, 2020.

FALS BORDA, O. ASPECTOS TEÓRICOS DA PESQUISA PARTICIPANTE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O SIGNIFICADO E O PAPEL DA CIÊNCIA NA PARTICIPAÇÃO POPULAR. IN: BRANDÃO, CARLOS RODRIGUES (ORG.). PESQUISA PARTICIPANTE. SÃO PAULO: BRALILIENSE, 1981.

GEOVANAZ, D. TRANSAMAZÔNICA, 45 ANOS: PRESENÇA INDÍGENA É TÁBUA DE SALVAÇÃO DA FLORESTA, 2017. DISPONÍVEL EM: ESPECIAL | RODOVIA TRANSAMAZÔNICA: 45 ANOS | ESPECIAIS (BRASILDEFATO.COM.BR). ACESSO EM: 20 OUT. 2022.

OLIVEIRA, T. C E NASCIMENTO, F. TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS EM ALTAMIRA, PA. DESIGUALDADES, VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA, 2019. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://AMAZONIACONFLITOS.COM.BR/PESQUISAS/TRANSFORMACOES-SOCIAIS-EM-ALTAMIRA-PA](http://amazoniaconflitos.com.br/pesquisas/transformacoes-sociais-em-altamira-pa)
. ACESSO EM: 19 OUT. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA. ANTECEDENTES HISTÓRICOS: A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA. DISPONÍVEL EM:
[HTTPS://ALTAMIRA.PA.GOV.BR/WP-CONTENT/UPLOADS/2021/03/Antecedentes-Hist%C3%B3ricos-Portal.pdf](https://altamira.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Antecedentes-Hist%C3%B3ricos-Portal.pdf). ACESSO EM: 21 OUT. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. HISTÓRICO DO CAMPUS. 2019. PUBLICADO: SEXTA, 31 DE MAIO DE 2019. DISPONÍVEL EM:
[HTTPS://ALTAMIRA.UFPA.BR/INDEX.PHP/HISTORICO.HTML](https://altamira.ufpa.br/index.php/historico.html). ACESSO EM: 21 OUT. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. HISTÓRICO DA FACULDADE. PUBLICADO:

QUINTA, 19 DE JULHO DE 2018. DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://FACETNOALTAMIRA.UFPA.BR/INDEX.PHP/HISTORICO](https://facetnoaltamira.ufpa.br/index.php/historico). ACESSO EM: 22 OUT. 2023.

284 p.

VILAS-BOAS, A.; GARZON, B. R; REIS, C.; AMORIN, L.; LEITE, L (ORG.).

DOSSIÊ BELO MONTE: NÃO HÁ CONDIÇÕES PARA A LICENÇA DE OPERAÇÃO, 2015.

DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://DOCUMENTACAO.SOCIOAMBIENTAL.ORG/NOTICIAS/ANEXO_NOTICIA/31046](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/31046). ACESSO

EM: 21 OUT. 2022.